

NCE/13/00441 — Decisão de apresentação de pronúncia - Novo ciclo de estudos

Decisão de Apresentação de Pronúncia ao Relatório da Comissão de Avaliação Externa

1. Tendo recebido o Relatório de Avaliação/Acreditação elaborado pela Comissão de Avaliação Externa relativamente ao novo ciclo de estudos Ciências do Desporto e Actividade Física
2. conferente do grau de Licenciado
3. a ser leccionado na(s) Unidade(s) Orgânica(s) (faculdade, escola, instituto, etc.)
Escola de Turismo, Desporto e Hospitalidade da Universidade Europeia
4. a(s) Instituição(ões) de Ensino Superior / Entidade(s) Instituidora(s)
Ensilis - Educação E Formação Sa
5. decide: Apresentar pronúncia
6. Pronúncia (Português):
Exmos. Senhores,

De acordo com as normas legais em vigor, segue a Pronúncia relativa ao Ciclo de Estudos em Ciências do Desporto e da Actividade Física.

Cordiais cumprimentos,
Nélson Santos de Brito
Director-Geral

7. Pronúncia (Português e Inglês, PDF, máx. 150kB): (impresso na página seguinte)

Anexos

Pronúncia relativa ao Ciclo de Estudos em Ciências do Desporto e Actividade Física

Gostaríamos de agradecer o Relatório Preliminar elaborado pela Comissão de Avaliação Externa (CAE), cujas observações e conclusões nos deram a oportunidade de, por um lado, sinalizar os pontos a melhorar no projecto educativo que se submeteu a acreditação, de modo a que, quando o ciclo de estudos em Ciências do Desporto e Actividade Física tiver início, sejam tomadas as medidas necessárias para o seu bom funcionamento pedagógico e científico; por outro, esclarecer algumas questões que a Europeia deixou menos claras no relatório inicial e que não permitiram demonstrar plenamente a qualidade que se pretende imprimir a este projecto. Neste sentido, e tendo por base o relatório preliminar elaborado pela CAE do ciclo de estudos em Ciências do Desporto e Actividade Física (Processo n.º NCE/13/00441), submetido pela ENSILIS, entidade instituidora da Europeia, entendemos prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Relativos ao Coordenador do Ciclo de Estudos

Neste ponto, a CAE entende que o coordenador se trata “de um doutorado na área de Psicologia Educacional. Embora tenha uma formação base próxima da do ciclo de estudos. Esta circunstância é visível no seu perfil curricular meritório” (ponto 1.2.2. do RPCAE), sendo uma das razões apontadas para sustentar a recomendação final de não acreditação. A razão que subjaz a esta consideração parece ser a de o coordenador indicado, Prof. Doutor Luis Calmeiro, ter realizado a sua formação académica em áreas que não se coadunam com a do CE apresentado, o que, em opinião da CAE, não satisfaz as normas em vigor. Em nosso entender, esta posição não deve merecer acolhimento, uma vez que:

- a) Apesar da área principal de doutoramento do coordenador indicado ser Psicologia da Educação, assinalamos que a tese que lhe dá suporte se intitula “*The dynamic nature of the emotion-cognition link in trapshooting performance*”, pelo que é lícito afirmar-se que o trabalho de doutoramento se situa na área de Desporto, uma vez que, quer o tema, quer a arquitectura conceptual e metodológica advêm da área supracitada. Pode ainda acrescentar que este trabalho ganhou o prémio para melhor tese de doutoramento pela *Association for Applied Sport Psychology* em 2007, sendo esta uma das mais conceituadas associações internacionais que se dedica ao desporto.
- b) Sendo a licenciatura do Prof. Doutor Luis Calmeiro em “Educação Física e Desporto” realizada na Faculdade de Motricidade Humana (UTL), a Universidade Europeia não pode deixar de enjeitar a referência da CAE à “formação base próxima da do ciclo de estudos” do coordenador indicado: uma pesquisa nas bases de dados da Direcção-Geral do Ensino Superior será suficiente para confirmar que este curso se enquadra na área de formação 813 do CNAEF, i.e., Desporto, tal como o CE que se submeteu à acreditação.
- c) Acresce que o Prof. Doutor Luis Calmeiro tem produção científica relevante e vasta experiência académica em Ciências do Desporto. Uma avaliação do CV do responsável pelo CE (Anexo 1) permite constatar:
 - a. Autoria de 10 artigos em revistas internacionais indexadas na ISI/Scopus, entre 15 artigos publicados na área do CE. Entre eles, contam-se artigos publicados na *Journal of Applied Sport Psychology*, *Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports* e *Revista de Psicología del Deporte*. Tem também artigos submetidos nas seguintes revistas: *European Physical Education Review*, *Journal of Sport & Exercise Psychology* e *Journal of Sports Sciences*;
 - b. Realizou 27 comunicações em conferências internacionais, destacando-se: *World Congress of the International Society of Sport Psychology*, *European Congress of Sport Psychology*, *Annual Congress of the Association for the Advancement of Applied Sport Psychology*, *Annual Congress of the Association for the Advancement of Applied Sport Psychology*, *Annual Congress of the European College of Sport Science* e *Scandinavian Congress on Medicine and Sciences in Sport*.
- d) Detém ainda larga experiência de coordenação científica e pedagógica de instituições de ensino superior, bem como a docência de unidades curriculares na área das Ciências do Desporto. Destaca-se o trabalho na University of Durham (onde coordena as UCs *Developing Human Performance* e *Psychology of Exercise and Health*) e na University of Abertay Dundee (onde coordenou as UCs *Investigation in Sport and Exercise*, *Introduction to the Science of Sport and Exercise*, *Motor Control and Skill Acquisition*, *Managing Performance* e *Scientific Support for Elite Performance*).

Deste modo, estamos em crer que o Prof. Doutor Luis Calmeiro tem a proficiência necessária para coordenar e supervisionar 1.º ciclo de estudos como o que se apresentou a acreditação, uma vez que este docente sedimentou – através do doutoramento, da produção científica e da docência – competências científicas e pedagógicas de elevado nível na área das Ciências do Desporto.

Este entendimento – que se foca, essencialmente, na carreira científica e pedagógica do coordenador do CE e não apenas

no grau de doutoramento – é seguido por outras instituições de ensino superior portuguesas, públicas e privadas: por exemplo, a Universidade de Coimbra atribui a coordenação do 3.º ciclo em Ciências do Desporto a uma investigadora que, não obstante o relevante currículo académico que possui, não tem um único grau académico na área científica “Desporto” (Prof. Doutora Ana Maria Miranda Botelho Teixeira). A mesma situação se verifica com o Mestrado em Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário da UTAD, em que a coordenadora (Prof. Doutora Sandra Celina Fernandes Fonseca) também não detém nenhum grau académico na área em apreço. Pode ainda assinalar-se que UBI, ISMAT e ISCE atribuíram a coordenação das suas licenciaturas em Desporto a docentes que não detém formação inicial ou doutoramento em Desporto (Prof. Doutores Maria Dulce Leal Esteves, Leonardo Rocha e Paulo Malico de Sousa, respectivamente)¹. Utilizando o critério da CAE na análise da conformidade destes CE com a lei, facilmente se concluiria que estes não poderiam estar acreditados pela A3ES, uma vez que estariam em discordância como o que se encontra, presumivelmente, estabelecido legalmente. Por último, a aplicação deste critério desqualificaria também o Prof. Doutor Miguel González Valeiro como membro da CAE que avaliou este CE, uma vez que, apesar de ser licenciado em “*Ciencias de la Actividad Física y el Deporte*”, é doutorado em “*Ciencias de la Educación*”, conforme consta no CV disponibilizada no site da A3ES².

Deste modo, não podemos deixar de assinalar que a não aprovação do CE em Ciências do Desporto e da Actividade Física com base na desconformidade do CV do Prof. Doutor Luis Calmeiro não deixaria, salvo melhor opinião, de fazer uso de uma leitura estrita da legislação, para além de se introduzir uma iniquidade face aos usos e práticas vigentes no ensino superior português.

Por último, acrescenta a CAE que o Prof. Doutor Luis Calmeiro “além de coordenar, apresenta a seguinte carga docente: (ver ficha curricular): 3 UC (com contacto de 28 horas cada uma), Estágio (224 horas de contacto) e Monografia (112 horas de contacto)”, argumentando que o número de horas que lhe está atribuído é incompatível com a coordenação do CE (ponto 12.4. do RPCAE). A este respeito, a Universidade Europeia esclarece que as horas totais de contacto de “Estágio” e de “Monografia” não estão totalmente a cargo do Prof. Doutor Luis Calmeiro, que assume, isso sim, a sua coordenação: no projecto que se submeteu à acreditação, a carga lectiva total destas UCs está distribuída pelos Prof. Doutor Ana Fátima Pereira, Eliana Carraça, Joana Reis, Paulo Vieira, Pedro Esteves e Rui Biscaia (vide FUCs de “Estágio” e de “Monografia” e Fichas Curriculares dos docentes supracitados, constantes do processo inicial). Nesse sentido, o coordenador indicado terá uma carga horária lectiva semanal de 8 horas semanais (3 UCs de 28 horas, distribuídas entre semestres ímpares e pares, e 5 horas semanais para a coordenação da equipa de “Estágio” e de “Monografia”). Esta distribuição do serviço docente é perfeitamente compatível com a actividade de coordenação do CE, sendo a regra que impera, genericamente, na Universidade Europeia.

2. Relativos às condições de ingresso

A este respeito, a CAE assinala que “apenas é afirmado que os candidatos são obrigados a realizar as provas de ingresso “Biologia e Geologia”, “Matemática”, “Português”, não sendo explícito se estão em causa elementos para composição de elencos ou as três provas correspondem a três elencos alternativos. Neste último caso, a ambiguidade favorecendo o máximo de graus de liberdade, não evidencia a opção por um perfil de entrada alinhado com as opções do plano de estudos” (ponto 2.1.2. do RPCAE).

Relativamente à primeira parte da observação, esclarece-se que as provas de ingresso são alternativas, i.e., o estudante terá que apresentar uma das três provas indicadas pela instituição no acto da candidatura, o que corresponderá a 35% da nota de ingresso, sendo os restantes 65% atribuídos à classificação final do ensino secundário.

Já a crítica da CAE ao elenco das provas seleccionadas carece, em nosso entender, de maior sustentação científico-pedagógica: a Universidade Europeia alinhou os requisitos de ingresso pelos padrões seguido nesta área científica, entendendo que este é perfeitamente compaginável com a estrutura do plano de estudos submetido para a acreditação. A análise das provas de ingresso solicitadas por todos os cursos de 1.º ciclo na área do Desporto demonstra que:

- a) Dos 32 ciclos de estudo a funcionar nesta área, 23 (72%) solicitam este elenco de provas como condição de ingresso. Entre elas estão os cursos de Desporto das mais reputadas instituições nacionais nesta área, entre elas as Universidade do Porto, de Coimbra, de Évora, do Algarve e da Madeira. Acresce que algumas das instituições não solicitam sequer

¹ Estas informações podem ser confirmadas no REBIDES 2012, disponível em <http://w3.dgeec.mec.pt/rebides/2012/>

² Disponível em: <http://www.a3es.pt/sites/default/files/Miguel%20Gonz%C3%A1lez%20Valeiro.pdf>

a prova de “Matemática”, optando por “Matemática para as Ciências Sociais” que, como se sabe, tem um programa menos exigente do que a prova exigida pela Universidade Europeia;

- b) Dos 5 ciclos de estudo que optam pela introdução de áreas de especialização desde o 1.º ano de curso – como é o caso da proposta formativa apresentada pela Universidade Europeia – todas instituições proponentes (100%) solicitam este elenco de provas como condição de ingresso (Universidade Lusófona, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Universidade Lusófona do Porto, Instituto Politécnico de Bragança e Instituto Politécnico de Castelo Branco), o que demonstra a coerência desta opção com as práticas vigentes no sector.

Para além das questões de paralelismo de forma, é entendimento da Universidade Europeia que as provas de ingresso seleccionadas são indicadas para o CE em apreço, uma vez que, ao favorecer um perfil eclético e visando o desenvolvimento de competências científicas, técnicas e relacionais, esta instituição assume que qualquer estudante que ingresse neste CE terá desafios constantes em áreas em que a formação secundária recebida terá que ser mais desenvolvida: aqueles que tiverem uma formação secundária mais próxima das ditas ciências “duras” terão que desenvolver as suas competências “Desenvolvimento Pessoal” e “Psicologia” (com aproximadamente 30 ECTS destinados para o efeito), enquanto os que vierem da área das ciências sociais e humanas terão que o fazer nas áreas da Biologia e Bioquímica (com 9 ECTS destinados para o efeito).

3. Relativos aos objectivos e plano de estudos

3.1. Objectivos gerais e desenho do plano de estudos

A CAE argumenta que “os objetivos gerais do ciclo de estudo não assumem o conceito e identidade do ciclo de estudos. A partir dos objectivos de aprendizagem não se antecipam as opções do plano de estudos face aos ramos às opções sobre as unidades curriculares” (ponto 3.1.4. do RPCAE), que “o desenho curricular não está assente numa matriz de objetivos concretos que assume opções relativamente a um núcleo de disciplinas, do geral para o específico, não sendo identificáveis objetivos que antecipem o perfil terminal do licenciado” (ponto 12.4. do RPCAE) e, por fim, “embora se apresente a ideia de um plano de estudos inovador, desde do ponto de vista de um processo de ensino-aprendizagem, parece um dos pontos mais fracos desta proposta na medida em que a oferta de 3 ramos desde o início não tem nenhuma razão objetiva no contexto da formação profissional vigente” (ponto 9.4. do RPCAE).

Entendemos as reservas da CAE, uma vez que a instituição não foi capaz de explicitar no projecto inicial a estratégia que arquitectou para o CE. Uma vez mais, os 1000 caracteres disponíveis para explicitar os objectivos do CE constituem um entrave a uma redacção explícita, que concretize os reais propósitos da instituição. Assim, o presente relatório dá-nos a hipótese de clarificar esta questão.

Os objectivos genéricos para o CE, comunicados no projecto inicial, são os seguintes:

- a) Mostrar familiaridade com a área e dominar os seus fundamentos, aplicáveis a contextos científicos e profissionais, em particular Anatomia, Biomecânica, Fisiologia, Pedagogia, Psicologia e Saúde;
- b) Ter uma atitude crítica das estratégias de produção de conhecimento em Desporto, enquanto área de fronteira entre diversos domínios;
- c) Resolver problemas dos indivíduos, utilizando como meio de intervenção o Desporto. Deve dominar as áreas de Aquisição Motora, Desenvolvimento das Qualidades Físicas, Técnicas e Estratégias de Ensino, Planeamento e Avaliação, Nutrição e Prescrição de Exercício;
- d) Organizar, gerir e controlar os processos de treino e exercício nas modalidades da sua especialidade;
- e) Utilizar os principais equipamentos, softwares, métodos e técnicas ligados ao Desporto, bem como as técnicas de comunicação adequadas aos contextos em que actua;
- f) Prestar serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade, do rigor científico e da ética.

Decorrente dos objectivos c), d) e f), a Europeia pretende conformar esta licenciatura com as recentes alterações nos regimes de formação de treinadores e de profissionais de exercício e saúde, que viabilizam a possibilidade dos licenciados na área em Desporto requererem graus de treinador (Decreto-Lei n.º 248-A/2008, Despacho n.º 5061/2010 e Lei n.º 39/2012, de 28 de Agosto) ou de director técnico (Lei n.º 39/2012, de 28 de Agosto). Desta forma, garante-se que o reconhecimento do IPDJ deste curso seja diferenciado da grande maioria dos CE já existentes em Portugal – que se ficam pela entrada inicial dessas carreiras – sem que se sacrifique, ao mesmo tempo, a componente científica e comportamental exigível a um licenciado nesta área.

Para a implementação desta estratégia é necessário que os componentes de estágio deste CE respeitem as exigências do

IPDJ, pelo que se procurou criar condições no plano de estudos que permitissem a realização de estágios nos 3.º anos de “Exercício e Saúde” e de “Treino Desportivo”. Considerou-se essencial que, à entrada do curso, os estudantes frequentem UCs que potenciarão o seu estágio no 3.º ano, levando à decisão de diferenciação dos ramos e das UCs. Caso tivéssemos optado por um curso com tronco comum não conseguiríamos preparar os alunos com a formação específica necessária para um estágio com as características preconizadas. Acresce que a estruturação das unidades curriculares, que privilegiam a aplicação dos conhecimentos transversais a situações específicas das diferentes áreas de intervenção, levou a que se considerasse vantajoso para o processo ensino-aprendizagem a diferenciação das áreas logo à entrada do 1º ciclo, visto que desta forma o aluno tem acesso a experiências que potenciam os seus conhecimentos, habilidades e competências próximos da área de intervenção para o qual se estão a preparar. Assim, todos os perfis de saída que estão definidos para esta proposta de 1º ciclo foram elaborados em respeito com o postulado art. 5.º do Decreto-Lei n.º 115/2013 e com os objectivos genéricos do curso, a saber:

##Exercício e Saúde

Para além das considerações genéricas, procurou-se ir ao encontro do definido pelo IPDJ para a direcção técnica, cujo conteúdo é³:

- a) Coordenar e supervisionar a prescrição, avaliação, condução e orientação de todos os programas e actividades, da área da manutenção da condição física (*fitness*), no âmbito do funcionamento das instalações desportivas, aos seus utentes;
- b) Coordenar e supervisionar a avaliação da qualidade dos serviços prestados, bem como propor ou implementar medidas visando a melhoria dessa qualidade;
- c) Elaborar um manual de operações das actividades desportivas que decorrem nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física (*fitness*);
- d) Coordenar a produção das actividades desportivas;
- e) Superintender tecnicamente, no âmbito do funcionamento das instalações desportivas, as actividades nelas desenvolvidas;
- f) Colaborar na luta contra a dopagem no desporto.

##Treino Desportivo

Procuramos ir ao encontro dos normativos relativos ao regime de acesso e exercício da actividade profissional de treinador de desporto⁴, uma vez que uma das vias de acesso ao Título Profissional de Treinador de Desporto é pela equivalência de estudos de ensino superior, designadamente por via de licenciatura na área do Desporto ou da Educação Física, tal como prescrito pela Direção-Geral do Ensino Superior. Neste sentido, tal como disposto no Regulamento de Reconhecimento de Formação Académica⁵ e numa perspectiva de coerência e de valorização dos estudantes, a estrutura e conteúdos curriculares procuraram ir ao encontro do reconhecimento legalmente definido para esta matéria, em concreto nas componentes: a) curricular geral, b) curricular específica da modalidade desportiva e c) exercício profissional tutorado (estágio).

Os referenciais de formação específica, que caracterizam a segunda componente de formação dos cursos de treinadores (sendo a primeira os referenciais de formação geral), contemplam conteúdos associados às competências do treinador directamente relacionadas aos aspectos particulares da modalidade desportiva em causa. Mais concretamente, os diplomados devem assegurar:

- a) A condução do treino e orientação competitiva de praticantes nas etapas subsequentes de formação desportiva;
- b) A coordenação e supervisão de uma equipa de treinadores de grau i ou ii, sendo responsável pela implementação de planos e ordenamentos estratégicos definidos por profissionais de grau superior;
- c) O exercício, de forma autónoma, de tarefas de concepção, planeamento, condução e avaliação do processo de treino e de participação competitiva;
- d) A coadjuvação de titulares de grau superior, no planeamento, condução e avaliação do treino e participação competitiva.

³ Disponível em <http://www.idesporto.pt/conteudo.aspx?id=125&idMenu=9>

⁴ Referimo-nos, em particular, ao Título Profissional de Treinador de Desporto (TPTD), Lei n.º 40/2012, de 28 de Agosto

⁵ Disponível em http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/PNFT/RegReconhFormAcad/PNFT%20-%20RRFA%20v3_3_2.pdf

##Educação Física

No caso do ramo de Educação Física, procura-se que o licenciado se encontre preparado ao nível técnico, pedagógico e científico para a aplicação dos programas nacionais de educação física do 1º ciclo do ensino básico. As componentes pedagógicas, de planeamento e de avaliação têm, neste ramo, uma preponderância acrescida quando comparado com os restantes ramos desta proposta de curso, algo que é evidente no 3º ano, onde as UCs de índole pedagógica, de planeamento e de avaliação são preponderantes.

Espera-se, ainda, que o aluno adquira as competências, conhecimentos e habilidades que servirão de base para o desenvolvimento daquelas que serão trabalhadas nos 2º ciclos de Educação Física, dando acesso às habilitações para a leccionação no ensino básico e secundário (vide 3.2. do presente relatório para esclarecimentos adicionais).

Por último, face à formação eclética que se pretende que o estudante tenha, pretende-se que o aluno tenha um conhecimento aprofundado e diversificado das actividades desportivas e de promoção da condição física que lhe permita uma actuação ao nível de entrada em contextos de treino desportivo, *fitness* ou comunitário.

Por último, assinalamos que a opção de dividir o curso em percursos alternativos não é caso único em Portugal, uma vez que:

- a) Universidade Lusófona de Lisboa, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Universidade Lusófona do Porto, Instituto Politécnico de Bragança e Instituto Politécnico de Castelo Branco têm um modelo idêntico ao preconizado pela Universidade Europeia, i.e., com a selecção de uma área de especialidade desde o 1.º ano;
- b) Inst. Politécnico de Santarém optou, em vez de ter 1 licenciatura com 3 ramos, por ter as 3 licenciaturas de forma autónoma;
- c) FMH-UL, UTAD, ISCE, ISMAI e Instituto Politécnico de Coimbra impõem aos seus estudantes a selecção de uma área de especialização algures durante o curso (entre o 3.º e o 6.º semestre).

Desta forma, conclui-se que: a) 21% dos cursos existentes em Portugal optaram por um modelo semelhante ao da Universidade Europeia, b) 17% obrigam o estudante a escolher uma área de especialização durante o curso, o que c) perfaz um total de 38% dos cursos que preconizam percursos alternativos desde o 1.º ciclo. Assinala-se que todos estes cursos obtiveram avaliações positivas nas avaliações realizadas pela A3ES, pelo que se pode considerar a existência de um precedente de avaliação positiva deste tipo de 1º ciclos na área do Desporto.

Após a explicitação dos objectivos, da estratégia e dos perfis de saída do curso, estamos em crer que o projecto que foi submetido à acreditação da A3ES está mais claro, justificando, assim, a sua pertinência e originalidade. Em particular e como foi explicitado inicialmente:

- a) Este curso consagra uma integração mais profunda entre teoria e aplicação, em que se pretende que os estudantes apliquem os corpos teóricos fundamentais a cada uma das modalidades. De uma outra forma, cada conteúdo dado nas aulas teóricas será aplicado de forma específica e concreta, servindo estas últimas como laboratório das primeiras;
- b) Apesar dos estudantes seleccionarem a sua área de especialização no 1.º ano, a construção de um corpo teórico comum – em que mudam os contextos de prática – asseguram uma banda larga e a possibilidade de transferência de conhecimentos entre as diferentes áreas;
- c) A existência de estágio obrigatório nas áreas de Treino Desportivo e Exercício e Saúde possibilita uma mais rápida integração profissional, em que estudantes poderão aproveitar esta experiência para a realização da monografia, que terá frutos nestas duas componentes. Não tendo estágio, a vertente Educação Física obriga, também, à realização de monografia.

3.2. Área de Educação Física

Neste ponto, a CAE assinala que “na Tabela referente à estrutura do ramo de Educação Física, não é identificável o número de 120 ECTS em Desporto e Educação Física (diferente de Ciências da Educação) para permitir prosseguir num 2º ciclo de estudos em Educação Física” (ponto 3.1.4. do RPCAE). A este respeito, a Europeia reconhece a existência de um erro dos nossos serviços administrativos na construção da estrutura curricular do ramo de Educação Física, que se deve ao facto das UCs de Pedagogia estarem classificadas na área das Ciências da Educação e não em Desporto, como é comum e corrente nos CE nesta área científica em Portugal. Assim sendo, as estruturas curriculares e os planos de estudos foram revistos e corrigidos, constando no anexo 2. Deste modo, cumpre-se o requisito legal assinalado pela CAE.

3.3. Classificação da UC “Aquisição Motora”

A CAE argumenta que “algumas unidades curriculares não correspondem a designações epistemológicas estabelecidas, correspondendo a meros tópicos que noutros planos de estudos de referências são conteúdos integradores, para além de alguma singularidade conceptual, como por exemplo aquisição motora, em vez de aprendizagem motora” (ponto 3.3.3. do RPCAE).

A este respeito assinalamos que a UC de “Aquisição Motora” tem como objectivo o estudo dos princípios psicológicos que suportam a aquisição da habilidade motora e a performance desportiva. A sua integração no plano de estudos da licenciatura de Ciências do Desporto e da Actividade Física visa dar seguimento a algumas das práticas das melhores universidades do mundo na área da especialidade que desenvolvem unidades curriculares na vertente de *skill acquisition*. Mais concretamente procuramos reproduzir as experiências levadas a cabo, por exemplo, pela Universidade de Loughborough, que possui no 2º ano da licenciatura de Ciências do Desporto e do Exercício uma disciplina denominada de *Acquiring Movement Skills*⁶, pela Universidade de Chichester, que tem no 1º ano da licenciatura em Ciências do Treino Desportivo uma disciplina denominada de *Acquisition and Performance of Sports Skills*⁷. A temática do *skill acquisition* tem sido também alvo de publicações nas melhores revistas internacionais da área das ciências do desporto, tais como o *Journal of Sports Sciences*⁸, *Exercise and Sports Sciences Reviews*⁹, *Journal of Motor Behaviour*¹⁰, *Journal of Experimental Psychology: Applied*¹¹, *European Journal of Sports Sciences*¹² e *Journal of Science in Medicine and Sport*¹³. Por último, também as melhores editoras internacionais, tais como a *John Wiley & Sons*¹⁴ e a *Human Kinetics*¹⁵ procuram dar relevo à temática do *skill acquisition*. Assim, a nomenclatura da UC procurou, tão-somente, seguir as tendências internacionais, dando uma tradução para português mais adequada à temática em causa.

3.4. Metodologia de avaliação

No que diz respeito à construção das FUC, a CAE assinala que “cada disciplina apresenta a sua fórmula metodológica própria, ora a nota mínima é 7.5 valores, ora é 9.5 valores, ora a oral é obrigatória correspondendo a uma apresentação (por vezes de um portfolio, ora a prova oral é apenas para os elementos classificados entre 7.5 e 12 valores)” (ponto 3.3.3. do RPCAE). Esclarecemos que a estratégia seleccionada para este CE prescreve que os instrumentos de avaliação se encontrem alinhados pelo tipo tipos de competências e saberes que pretendem avaliar. A categorização utilizada foi a seguinte:

- a) UCs de prática desportiva: Nestas são utilizados os seguintes métodos: A avaliação poderá ser contínua ou final. A avaliação contínua exige a presença em pelo menos dois terços das aulas e é composta por 2 momentos: (i) componente teórica (duas frequências – 40%) e (ii) componente prática (2 momentos - 60%). A aprovação implica a obtenção de uma classificação final não inferior a 9.5 valores, e a obtenção de classificação igual/superior a 7.5 valores em todos os momentos. A avaliação final (por exame) terá igualmente 2 componentes: (i) componente teórica (exame escrito – 40%) e (ii) componente prática (1 momento - 60%). Os alunos com nota entre 7.5 e 12 serão objecto de uma avaliação oral;
- b) UCs de cariz teórico: Nestas a avaliação poderá ser contínua ou final. A avaliação contínua exige a presença em pelo menos dois terços das aulas e é composta por dois momentos de avaliação: (i) componente teórica (duas frequências – 80%) e (ii) componente prática (apresentação de um artigo científico - 20%). A aprovação implica a obtenção de uma classificação média final não inferior a 9.5 valores, e a obtenção de classificação igual ou superior a 7.5 valores em todos os momentos de avaliação. A avaliação por final (por exame) consistirá num exame escrito. Os alunos com nota entre 7.5 e 12 valores serão objecto de uma avaliação oral;
- c) UCs de *soft skills*: Aqui a avaliação continua consistirá em 2 momentos, cuja ponderação para a classificação final é a seguinte: 1. Plano de Desenvolvimento Pessoal (50%) 2. Prova escrita no final do semestre (50%). Estes 2 momentos

⁶ A informação pode ser verificada em <http://www.lboro.ac.uk/study/undergraduate/courses/departments/sport-exercise-health-sciences/sportandexercisescience/>

⁷ A informação pode ser verificada em <http://www.chi.ac.uk/departments-sport-and-exercise-sciences/undergraduate/sport-coaching-science>

⁸ Farrow, D., & Reid, M. (2010). The effect of equipment scaling on the skill acquisition of beginning tennis players. *Journal of sports sciences*, 28(7), 723-732.

⁹ Davids, K., et al. (2013). How small-sided and conditioned games enhance acquisition of movement and decision-making skills. *Exercise and Sport Sciences Reviews*, 41(3), 154-161

¹⁰ Al-Abood, S., Davids, K., & Bennett, S. (2001). Specificity of task constraints and effects of visual demonstrations and verbal instructions in directing learner's search during skill acquisition. *Journal of Motor Behavior*, 33(3), 295-305.

¹¹ Fu, W., & Anderson, J. (2008). Dual Learning Processes in Interactive Skill Acquisition. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 14(2), 179-191

¹² Vine, S., et al. (2014). Quiet eye training: The acquisition, refinement and resilient performance of targeting skills. *European J. of Sport Science*, 14(1), S235-S242.

¹³ Reid, M., et al. (2007). Skill acquisition in tennis: Research and current practice. *Journal of Science and Medicine in Sport*, 10(1), 1-10.

¹⁴ McMorris, T. (2004). *Acquisition and Performance of Sports Skills*. Chichester, UK: John Wiley & Sons.

¹⁵ Davids, K., Button, C., & Bennett, S. (2008). *Dynamics of Skill acquisition. A constraints-led approach*. Champaign: Human Kinetics

de avaliação são obrigatórios e em nenhum deles o aluno poderá obter uma classificação inferior a 8 numa escala de 0 a 20.

- d) UCs de projecto: A avaliação final do trabalho será efectuada por um júri de 3 docentes, num regime de apresentação. Apenas será permitida aos alunos que tenham comparecido a 2/3 das sessões de orientação e a todos os momentos de avaliação.

Assim sendo, a suposta discrepância encontrada pela CAE deve-se à intenção de dar a cada grupo de UCs uma metodologia que proporcione um maior incentivo para o trabalho dos estudantes e que se compagine com a natureza das UCs. A isto se devem as diferenças entre as classificações a obter na avaliação contínua ou na avaliação final: nas UCs de maior importância, os critérios de avaliação são mais rigorosos e obrigam os estudantes a terem melhores avaliações, de modo a que possam ter uma melhor preparação para o mercado de trabalho.

4. Relativos aos recursos docentes

Argumenta a CAE que “a Instituição não apresenta ainda uma experiência sólida na área científica do Desporto, não é possível avaliar estabilidade da ligação dos docentes enunciados à instituição. O curso será leccionado por 13 doutorados (4 fora da área principal de estudos), 5 mestres e 3 licenciados. Apenas 5 docentes têm um contrato superior a 3 anos com a instituição (4.2.2. do relatório). Nem todos os docentes inicialmente indicados inicialmente a 100% confirmaram a sua disponibilidade para tal, outros, possuem a indicação de 100% sendo titulares de bolsas de pós-doutoramento... Nem todos os docentes apresentam CV compatível com as áreas de leccionação. Um licenciado em fisioterapia lecciona Andebol e um mestre em Gestão lecciona atividades de expressão artística. Não são apresentados procedimentos, mas sim os conteúdos da avaliação do desempenho”. Neste sentido, procuraremos prestar os esclarecimentos que diluirão, em nosso entender, as dúvidas suscitadas pela CAE, estando a exposição dividida em 4 partes: 1) interpretação da legislação relativa ao corpo docente, 2) esclarecimentos das dúvidas relativas à situação de alguns docentes, 3) rácios relativos ao corpo docente e 4) procedimentos de avaliação de desempenho.

4.1. Interpretação da legislação relativa ao corpo docente

Em nosso entender, a avaliação que CAE faz da adequação do corpo docente ao CE não se compagina com a legislação em vigor, uma vez que ao afirmar que o curso é leccionado por “13 doutorados (4 fora da área principal de estudos), 5 mestres e 3 licenciados”, a CAE utiliza um critério de “contagem de cabeças”, i.e., avaliando o cumprimento os rácios legais pela contabilização dos docentes em função do seu número. A legislação em vigor prescreve que o corpo docente seja avaliado –n.º 2 e 3 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de Agosto, conjugado com a alínea i) do art. 3.º da mesma peça legislativa – com base em “equivalente em tempo inteiro”, i.e., atribuindo aos docentes o peso correspondente à percentagem dos respectivos contratos. Assim, uma licenciatura cumpre os requisitos de funcionamento quando apresentar, pelo menos, os seguintes rácios:

- a) Corpo docente próprio: 60% de docentes como equivalentes a TI;
- b) Corpo docente qualificado: 50% de docentes com PhD, independentemente da área;
- c) Corpo docente especializado: 50% de especialistas na área científica fundamental do CE, 30% dos quais PhDs.

Em nossa opinião, também não tem cabimento a avaliação do corpo docente pelo critério de antiguidade utilizado pela CAE, quando se refere aos docentes com contrato superior a 3 anos. A estabilidade do corpo docente é avaliada, de acordo com a legislação em vigor, pelo rácio “corpo docente próprio” e não pelo número de anos a que os docentes se encontram ligados à instituição.

Por último, refira-se que o documento “Critérios de Qualificação de Pessoal Docente para a Acreditação de Ciclos de Estudos”¹⁶, emitido pela A3ES, pretende fazer a “sistematização dos critérios mínimos de qualificação do corpo docente a cumprir para a acreditação de um ciclo de estudos, especificados em função da natureza universitária ou politécnica do ciclo de estudos”, baseada na legislação em vigor. Esta fonte trata a questão da área de especialização e adequação em número no ponto 1.3, determinando que os “limites mínimos de doutores ou especialistas a que se refere o GADES (em tempo integral e em ETI) deverão ser preenchidos por docentes especializados nas áreas científicas que integram a estrutura curricular do curso, numa proporção razoável com o seu peso relativo em número de unidades de crédito” e que “[o] mais importante, para efeitos da verificação do “corpo docente próprio, qualificado na área em causa e adequado em

¹⁶ Disponível em: http://www.a3es.pt/sites/default/files/criterios_acreditacao_v1.1.pdf

número” a que se refere a lei, é que a lecionação de todas as unidades curriculares integrantes dos planos de estudos dos ciclos de estudo em avaliação seja assegurada por docentes devidamente qualificados na respetiva área do conhecimento e a carga letiva seja aceitável”. É, pois, com base nestes normas jurídicas que se irá avaliar o corpo docente do CE em apreço (4.2. e 4.3. do presente esclarecimento).

4.2. Esclarecimentos das dúvidas relativas à situação do corpo docente

Relativamente a este ponto, as observações da CAE suscitam as seguintes explicitações:

- As docentes Susana Veloso e Joana Reis não confirmaram a predisposição inicial de estabelecer com a Universidade Europeia um contrato de tempo integral (100%), mas apenas de tempo parcial (50%);
- Indica a CAE que um licenciado em Fisioterapia lecciona andebol, o que indicia uma incompatibilidade no exercício das funções docentes que lhe foram atribuídas. No entanto, informamos que este docente é licenciado em Reabilitação Motora e doutorando em Motricidade Humana, especialidade em Comportamento Motor (FMH), para além de ter sido atleta federado de andebol durante 12 anos, o que, conjugado com uma boa produção científica na área fundamental do CE¹⁷, o habilita a leccionar neste CE e na modalidade em questão;
- Aponta a CAE que um “mestre em Gestão leciona atividades de expressão artística”. Em bom rigor, a docente em causa é licenciada em Educação Física e Mestre em Gestão do Desporto (classificado na área 813, Desporto, pela DGES), tendo sido atleta federada de ginástica e, posteriormente, técnica de ginástica de manutenção, no Sport Lisboa e Fuzeta, entre 2005 e 2009.

4.3. Rácios relativos ao corpo docente

Esclarecidos estes pontos e corrigidas as alocações de tempo das Prof. Doutor Susana Veloso e Joana Reis e da especialização do Dr. João Vaz, o corpo docente apresenta as características constantes na tabela 1.

Nome	Grau	Área	Tempo
Alcides Costa	Doutoramento	Sim	100,00
Ana de Fátima Pereira	Doutoramento	Sim	100,00
Ana Luisa Teixeira	Doutoramento		100,00
Ana Maria Abreu	Doutoramento		100,00
António Quaresma	Mestre	Sim	100,00
Bruno Avelar Rosa	Licenciatura	Sim	50,00
Eliana Carraça	Doutoramento	Sim	50,00
Joana Reis	Doutoramento	Sim	50,00
João Vaz	Licenciatura		100,00
José Reis	Mestre		100,00
Luís Calmeiro	Doutoramento	Sim	100,00
Márcio Karas	Licenciatura	Sim	50,00
Orlando Fernandes	Doutoramento	Sim	50,00
Paulo Canas Rodrigues	Doutoramento		100,00
Paulo Viêira	Doutoramento	Sim	100,00
Pedro Esteves	Doutoramento	Sim	100,00
Pedro Silva	Mestre	Sim	100,00
Romeu Mendes	Mestre	Sim	100,00
Rui Biscaia	Doutoramento	Sim	100,00
Susana Rodrigues	Mestre	Sim	50,00
Susana Veloso	Doutoramento		50,00
1750 ETI: Total	1100 ETI: Doutoramento	1200 ETI: Área 750 ETI: Área + Doutoramento	1400 ETI: Tempo Integral

Tabela 1 – Corpo docente

¹⁷ Tem produção científica publicada no *International Journal of Sports Science & Coaching, Medicine & Science in Sports & Exercise* e *Book of Abstracts of the 17th Annual Congress of the European Congress of Sport Science*.

Daqui se conclui que os rácios relativos ao corpo docente são os seguintes:

- a) Corpo docente próprio: 80% de docentes a TI (20% acima do rácio legal);
- b) Corpo docente qualificado: 63% de docentes com PhD (13% acima do rácio legal);
- c) Corpo docente especializado: 69% de especialistas nas áreas científicas fundamentais do CE (19% acima do rácio legal), 43% dos quais com PhD (13% acima do rácio legal).

Acresce que os docentes que a CAE considera como não sendo especialistas nesta área devem ser considerados como relevantes para este CE, uma vez que leccionam UCs nas áreas científicas de especialização, conforme se destaca na tabela 2.

Neste sentido, e de acordo com a análise elaborada, a interpretação que mais se compagina com a legislação em vigor conclui que os rácios legais relativos ao corpo docente são largamente cumpridos, que as UC estão providas com os docentes adequados à leccionação, pelo que o argumento utilizado pela CAE para a reprovação do CE não tem, em nosso entender, fundamento jurídico e científico.

Docente	Formação	UCs leccionadas
Ana Luísa Teixeira	Doutoramento: Estudos Literários	Inglês I + Inglês II
Ana Maria Abreu	Doutoramento: Neuropsychology	Ciência, Fontes e Métodos + Ética e Deontologia Profissional + Experiência Vocacional I + Aquisição Motora
José Reis	Mestre: Engenharia Informática	Sistemas Informáticos
Paulo Canas Rodrigues	Doutoramento: Estatística	Estatística I + Estatística II
Susana Veloso	Doutoramento: Educação para a Saúde	Psicologia da Educação + Competências Comunicacionais + Criatividade e Pensamento Crítico + Liderança e Gestão de Equipas + Psicologia do Exercício e Saúde + Exp. Vocacional II

Tabela 2 – Corpo docente não especialista

4.4. Procedimentos de avaliação de desempenho

A este respeito, a instituição proponente reconhece que os dados apresentados no projecto inicial tinham informação insuficiente para apreciação. Este facto deve-se à impossibilidade de submeter na plataforma A3ES mais de 3000 caracteres no campo de resposta em apreço. Nesse sentido, as normas de avaliação dos docentes estão disponíveis no sítio da internet da Universidade Europeia¹⁸.

Em resumo, podemos concluir que o corpo docente é adequado ao CE em causa, estando a distribuição do serviço docente em consonância com a natureza das UC que compõem o plano de estudos desta licenciatura. Para além disso, os docentes têm uma vasta experiência nos domínios fundamentais do curso em apreço, pelo que está garantida a sustentabilidade do projecto científico e pedagógico que se sujeitou à acreditação da A3ES.

No entanto e apesar do corpo docente apresentado garantir de forma muito satisfatória a qualidade científica e pedagógica do ciclo de estudos, estamos certos que a política de recursos humanos para este CE terá que a) desenvolver o talento recrutado, levando a que os docentes indicados desenvolvam as suas competências científicas e pedagógicas e b) recrutar novos docentes/investigadores, que permitam o crescimento sustentado desta área na Universidade Europeia. Neste sentido, a instituição compromete-se a entabular uma política de recrutamento que garanta um maior e melhor corpo docente para esta área, pelo que irá assegurar a contratação de 6 novos docentes nos próximos 5 anos.

5. Relativos aos recursos materiais

Na secção 5.4 do RPCAE a CAE refere que “não são apresentados os recursos existentes com números exatos e com cálculo de proporcionalidade face ao todo da entidade instituidora, em geral, e ao curso em particular. Objetivamente a entidade instituidora não possui recursos específicos para a especificidade do curso. A existência de um protocolo assinado parece oferecer garantias mínimas de realização deste projeto embora somente no curto prazo definido pelo período de vigência do protocolo”. A este propósito, a Europeia esclarece que:

- a) Como foi descrito no 5.1. do projecto inicial, a instituição tem 63 colaboradores, sendo que os serviços de Reprografia,

¹⁸ Disponível em: www.europeia.pt/regulamento-de-avaliacao-de-desempenho-docentes

Bar e Restaurante, Segurança, Limpeza e Jardinagem são assegurados por entidades externas cujos funcionários não se encontram contabilizados acima e que incrementam para 100 o número total. Considerando que a Universidade Europeia tem cerca de 2000 estudantes em ciclos de estudo conferentes de grau académico, conclui-se que existe 1 funcionário para cada 20 estudantes;

- b) Acresce que a Direcção-Geral do Ensino Superior avaliou – aquando da transformação do ISLA-Lisboa em Universidade Europeia – a capacidade desta instituição para o exercício de actividades pedagógicas e científicas, constatando aquele órgão que estão reunidas as condições para a leccionação dos cursos actuais e aumento da oferta formativa (comunicada no projecto de passagem a universidade submetida à tutela) nos próximos 5 anos, tanto ao nível dos funcionários, como ao nível das instalações;
- c) Na fase preparatória da submissão deste curso, a Universidade Europeia solicitou ao Conselho de Administração da A3ES informação sobre quais os elementos sobre as instalações desportivas que deviam figurar no processo de acreditação. Foi requerido que se apresentasse um protocolo com uma instituição idónea e com a duração mínima de 3 anos, com possibilidade de renovação, o que foi enviado no processo de submissão e confirmado no passado mês de Janeiro, a pedido da CAE;
- d) Para além do protocolo existente entre a Universidade Europeia e o INATEL para a cedência de instalações para este curso, informamos que a relação entre esta instituição e a fundação supracitada tem outras ramificações, actualmente em execução: as aulas práticas em Gestão do Desporto decorrem no Estádio 1.º de Maio e as aulas práticas de Hotelaria vão decorrer, nos próximos semestres, no complexo que o INATEL detém na Caparica. Nesse sentido, as relações entre as duas instituições e o protocolo celebrado dá as garantias necessárias para a formação prática dos estudantes na área do Desporto com a qualidade desejada e exigível para um curso desta natureza;
- e) Acresce que esta situação não é única no panorama do ensino superior português: várias são as instituições que detém poucas ou nenhuma instalações próprias para a prática desportiva, contratando-as a entidades externas. Nesta situação encontram-se ISCE, Universidade Lusófona do Porto¹⁹, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes²⁰ e Universidade Lusófona de Lisboa²¹.

Assim sendo, estamos em crer que estão cumpridas todas as condições materiais para acolher este CE. Acresce que a concentração de todas as actividades desportivas em apenas 1 local (Estádio 1.º de Maio) tem óbvias vantagens pedagógicas e operacionais, uma mais-valia muito relevante face aos exemplos apresentados no ponto e), onde os estudantes são obrigados a fazer deslocações entre diversos pontos geográficos. Assim, a não aprovação deste CE com base nesta suposta desconformidade não deixaria, salvo melhor opinião, de introduzir uma ausência de paralelismo que penalizaria em excesso a instituição proponente.

6. Relativos às actividades de formação e investigação

Nesta secção, entende a CAE que “a lista de projetos que foi enunciada corresponde à numeração de referências dos mesmos, não sendo possível identificar as áreas, os tópicos de investigação, as instituições que foram proponentes e gestoras dos projectos. A consideração de três percursos não tem correspondência, de forma equilibrada, com a actividade científica que resulta da análise das fichas individuais do corpo docente” (Ponto 6.4. do RPCAE).

É conveniente assinalar que a legislação em vigor não obriga a que as instituições detenham centros de investigação na área científica dos ciclos de estudos, solicitando, isso sim, que os docentes tenham publicações em revistas internacionais com *peer review* e que participem em projectos de investigação relevantes para a área científica do CE.

No que diz respeito aos apontamentos da CAE, a instituição proponente:

- a) Reconhece que a lista de projectos de investigação apresentada não tinha informação suficiente para uma correcta apreciação. Este facto deve-se à impossibilidade de submeter, na plataforma A3ES, mais de 1000 caracteres no campo de resposta em apreço. Assim sendo, o Anexo 3 apresenta as informações solicitadas pela CAE, onde se constata que:
 - a) em 13 projectos de investigação, 7 (54%) estão na área científica de desporto e outros 2 (15%) estão conectados com esta, o que perfaz um total de 69%, b) dos 21 docentes, 9 (43%) já conduziram ou participaram projectos de investigação financiados pela FCT;
- b) Informa que o conjunto de docentes deste CE publicou, em revistas ISI e/ou SCOPUS, 175 publicações; no entanto,

¹⁹ <http://www.ulp.pt/pt/ensino/faculdades-e-institutos/faculdade-de-psicologia-educacao-e-desporto/licenciatura-em-educacao-fisica-e-desporto-1-ciclo.html>

²⁰ <http://www.ismat.pt/index.php/ensino-cursos/1o-ciclo-licenciaturas/13-1o-ciclo-licenciatura-em-educacao-fisica-e-desporto>

²¹ <http://www.ulusofona.pt/escolas-e-faculdades/fefd/licenciaturas/licenciatura-em-educacao-fisica-e-desporto-1-ciclo.html>

dado que as fichas de docentes disponíveis na plataforma A3ES apenas permitiram comunicar no projecto inicial 61 (35%) destas publicações, não foi possível demonstrar cabalmente a qualidade e a abrangência das publicações do corpo docente proposto. As 175 publicações estão distribuídas conforme explicitado na tabela 3.

Calculando rácios de produção científica, conclui-se que cada docente publicou uma média 8,3 *papers*. Se tomarmos em linha de conta apenas os docentes que publicam efectivamente (14 em 21 docentes, i.e., 67%), este número aumenta para 12,5 *papers*, um rácio extremamente elevado se considerarmos o panorama científico nacional.

Docente	ISI	SCOPUS	Total
Ana Maria Abreu	2	1	3
Ana Pereira	9	5	14
Eliana Carraça	17	0	17
Joana Reis	9	0	9
João Vaz	3	3	6
Luis Calmeiro	9	0	9
Orlando Fernandes	15	3	18
Paulo Canas Rodrigues	11	2	13
Paulo Esteves	8	1	9
Paulo Vieira	35	3	38
Pedro Silva	4	2	6
Romeu Mendes	22	3	25
Rui Biscaia	3	1	4
Susana Veloso	2	2	4
	149	26	175

Tabela 3 – N.º de publicações por docente

Neste sentido, é oportuno afirmar que a Universidade Europeia procurou, nesta primeira fase do projecto, recrutar um conjunto de docentes de elevado nível científico, que lhe permita ombrear, em termos de produção científica internacional, com as melhores instituições portuguesas na área do Desporto e, a breve trecho, ter linhas e projectos de investigação próprios na área do Desporto: a recente constituição do Instituto de Investigação e Estudos Doutorais da Universidade Europeia está a impulsionar a pesquisa científica dos docentes desta casa, sendo que na área do Turismo, Desporto e Hospitalidade está a ser desenvolvida a estratégia de investigação para os próximos 5 anos. No entanto, e conforme exposto na secção 4. deste documento, a instituição irá reforçar o seu corpo docente em Desporto nos próximos anos, dirigindo os seus esforços para colmatar as possíveis pechas que existam ao nível da docência e da investigação.

7. Relativos à empregabilidade e ao enquadramento na rede de ensino superior

Relativamente a este ponto, a CAE sugere que “o ciclo de estudos somaria mais de uma centena de estudantes ao ingresso anual na área geográfica em que se pretende implantar, quase superando em volume as instituições estabelecidas há largas décadas, não o fazendo em rede. Relativamente à empregabilidade e ao potencial de atração de estudos, a informação prestada é de mera conveniência. Não foram apresentados estudos que mostrem a previsível empregabilidade neste domínio. Os dados apresentados não mostram o potencial do ciclo de estudos para atrair estudantes” (Ponto 8.4. do RPCAE).

Em primeiro lugar, esclarece-se que, de acordo com o guião fornecido pela A3ES, os dados a utilizar para o preenchimento destes campos são os fornecidos pela DGES e do MEE, não sendo necessários, como solicita a CAE, estudos próprios que mostrem a previsível empregabilidade neste domínio. Acresce que a produção de estudos independentes por uma instituição que não tem diplomados nesta área se afigura como difícil e, se produzido, pouco fiável: é conveniente relembrar que se o curso em apreço tiver início em Setembro de 2014, os primeiros diplomados deixarão a Universidade Europeia em Julho de 2017. Fazer questionários ou estudos sobre a empregabilidade previsível em 2017 é, na actual conjuntura, um exercício pouco fiável quando as estatísticas oficiais são de boa qualidade, permitindo análises granulares.

Assim sendo, olhemos para os dados relativos à procura dos CE, disponíveis nos ficheiro “Vagas e alunos inscritos no 1.º

ano, pela 1.^a vez [atualização 2010-2011]²² (tabelas 4.1 e 4.3) e Inscritos no ano letivo de 2010-2011 em cursos de especialização tecnológica (CET)²³ (tabela 5.1), disponibilizados pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, que nos dão informação sobre a) inscritos no 1.^o ano, b) inscritos totais e c) vagas nos cursos de 1.^o ciclo na área do Desporto entre 1995 e 2011, constantes no quadro 4.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Inscritos	3520	3936	4282	4849	5445	6077	6649	6911	6866	6679	6339	6224	6660	7106	7070	7563
Inscritos 1. ^o Ano	838	750	854	1166	1247	1477	1513	1494	1228	1184	1105	1468	1920	2185	2343	2567
Vagas	590	660	835	1170	1310	1375	1505	1600	1551	1599	1659	1584	1873	2132	2190	2210
Vagas (-) Inscritos 1. ^o Ano	-248	-90	-19	4	63	-102	-8	106	323	415	554	116	-47	-53	-153	-357

Quadro 4 – Inscritos 1.^o Ano, inscritos totais e vagas de 1.^o ciclo na área do Desporto (1995-2011)

Como se pode constatar, o número de inscritos nesta área têm vindo a aumentar a um ritmo constante, tendo aumentado 215% em 15 anos. O número de inscrito no 1.^o ano, por sua vez, aumentou 306%. Mas o dado mais relevante é que, desde 2008, o número de vagas é inferior ao número de inscritos no 1.^o ano, tendo vindo a aumentar desde então: p.e., em 2011 houve mais 357 inscritos do que vagas, o que corresponde a uma escassez na ordem dos 16%. Neste sentido, ainda que a Universidade Europeia abrisse as 124 vagas propostas no 1.^o ano faltariam ainda 233 vagas na área do Desporto. Confirma-se, assim, a necessidade de abertura de novos ciclos de estudo nesta área, de forma a prover a procura crescente de estudantes que desejam entrar no ensino superior na área do Desporto.

No que diz respeito à empregabilidade, recorreu-se a dados da mesma fonte, disponíveis no ficheiro “Caracterização dos desempregados registados com habilitação superior - dezembro de 2012”²⁴ (quadros 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3.), que permite calcular as taxas de desemprego dos diplomados na área do Desporto. Atente-se ao quadro seguinte:

	Diplomados 1984 - 2011			Diplomados 2002 - 2011			Diplomados 2009 - 2011		
	<i>Tx. Desporto</i>	<i>Tx. Global</i>	<i>Diferença</i>	<i>Tx. Desporto</i>	<i>Tx. Global</i>	<i>Diferença</i>	<i>Tx. Desporto</i>	<i>Tx. Global</i>	<i>Diferença</i>
1. ^o Ciclo	7,05%	7,63%	-0,58%	9,87%	10,22%	-0,35%	13,22%	16,05%	-2,83%

Quadro 5 – Taxa de desemprego na área do Desporto

Qualquer que seja a coorte analisada, a taxa de desemprego dos diplomados em Desporto é sempre inferior taxa de desemprego de diplomados do ensino superior global para o mesmo período. Em particular, entre os diplomados que finalizaram os seus estudos entre 2009 e 2011, a performance é muito interessante, uma vez que apenas 13,22% (-2,83% do que a média nacional) se encontram em situação de desemprego, ainda que se considere o número crescente de inscritos e de diplomados nesta área científica, a que se fez referência no quadro 4.

Para além destes factos – que comprovam a necessidade da abertura de um novo projecto nesta área, que suprima as necessidades apresentadas, que não são contrariadas pelos dados da empregabilidade na área em causa – reforça-se o argumento apresentado no projecto inicial: dadas as ligações internacionais de que a Europeia dispõe e a inovação que se propõe, estamos certos que poderemos atrair muitos estudantes internacionais e de, ao mesmo tempo, gerar absorção dos nossos diplomados pelo mercado de emprego externo. Lembra-se que a rede Laureate é o maior grupo de ensino superior do mundo, com cerca de 70 instituições, distribuídas por 30 países, o que dá a este projecto uma capacidade de internacionalização impar em Portugal.

8. Relativos ao cálculo dos ECTS

Neste ponto, a CAE argumenta que “não é possível contactar com nenhuma aproximação metodológica relativamente à atribuição de ECTS pelas várias unidades curriculares, parecendo ter sido aplicada uma regra empírica e generalizável” (Ponto 9.4. do RPCAE). Uma vez mais, a limitação que nos é imposta pela plataforma A3ES não nos possibilitou explicarmos o mecanismo que subjaz ao cálculo dos ECTS do curso, que explicitamos de seguida.

A aplicação do quadro conceptual de Bolonha e as necessidades de informação levaram-nos, para o cálculo dos ECTS, a uma metodologia de base qualitativa (com base em consultas e entrevistas a diversos actores envolvidos no processo) e de

²² Disponível em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=120&fileName=Vagas_Inscritos1Vez_00_01_10_11.ods](http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=120&fileName=Vagas_Inscritos1Vez_00_01_10_11.ods)

²³ Disponível em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=120&fileName=Inscritos_CET_04_05_10_11.ods](http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=120&fileName=Inscritos_CET_04_05_10_11.ods)

²⁴ Disponível em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/92/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=136&fileName=Desemprego_Dez20121.xls](http://www.dgeec.mec.pt/np4/92/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=136&fileName=Desemprego_Dez20121.xls)

base comparativa (de forma a estabelecer padrões processuais relevantes, referenciados em instituições de ensino portuguesas e europeias). Para dar cumprimento aos objectivos enunciados, dois processos decorreram simultânea e concomitantemente: 1) a construção do plano de estudos para a licenciatura e cálculo das cargas horárias de trabalho necessárias e 2) a construção de um instrumento de quantificação do número de ECTS a atribuir a cada UC.

Assim, no que diz respeito ao primeiro processo, diversos elementos foram ponderados. Foi considerada, primeiramente, a filosofia e o projecto educativo da Universidade Europeia. Consideramos também critérios científico-pedagógicos da área do Desporto. Consideramos, neste particular, o projecto “Tuning Education Structures in Europe²⁵” e comunicações apresentadas nas diversas reuniões que visaram a implementação Processo de Bolonha. Paralelamente a este processo, foi conduzido outro que visou integrar os contributos do Conselho Científico da Universidade Europeia e dos Docentes, integrados em Comissões designadas pela Reitoria. Estas, organizadas por áreas científicas, pronunciaram-se quanto à definição de conhecimentos e aptidões essenciais para as diversas áreas. Outro dos itens apurados dizia respeito às cargas horárias (horas de contacto e horas de trabalho totais) que deveriam ser destinadas a cada UC, para que a distribuição dos créditos ECTS fosse coincidente com a realidade de cada uma delas. Estas contribuições foram introduzidas aquando da definição inicial do plano de estudos e na determinação dos indicadores relevantes para o cálculo dos créditos ECTS.

No que diz respeito ao segundo processo, que envolve considerações de ordem técnica, a Europeia apoiou-se na regulamentação criada pela Comunidade Europeia (nomeadamente no Manual do Utilizador do ECTS), na legislação portuguesa (decreto-lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro) e em aconselhamento técnico do NARIC (NARIC - National Academic Recognition Information Centres). Para além disso, a aplicação destes princípios encontra-se já representada no ordenamento jurídico português, no Decreto-lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, que “aprova os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior”. Este diploma afecta todos os estabelecimentos de ensino superior (art. 2, alínea a), todas as formações conducentes à obtenção de um grau (art. 2, alínea b) e a todos os cursos não conferentes de grau que sejam objecto de avaliação e certificação (art. 2, alínea 2). Sustenta ainda que as estruturas curriculares dos cursos de ensino superior devem expressar em créditos o trabalho efectuado pelos estudantes em cada área científica e em cada unidade curricular (art. 4), incluindo todas as formas de trabalho previstas (art. 5 alínea b).

Face à regulamentação exposta, é necessário compreender e sistematizar os procedimentos que fundamentam uma correcta atribuição de créditos a cada unidade curricular. Assim, um aluno médio que frequente o ensino superior deve usar, num ano lectivo, entre 1500 e 1680 horas de trabalho, num intervalo compreendido entre as 36 e as 40 semanas (artigo 5, alínea c) para atingir os objectivos científico-pedagógicos esperados. Esta carga de trabalho está distribuída por 60 ECTS (artigo 5, alínea d), sendo que para completar uma licenciatura de 3 anos os estudantes deverão perfazer 180 créditos. Para períodos curriculares de duração inferior a um ano, o número de créditos é atribuído na proporção que representam do ano curricular (art. 5, alínea e). Assim, um ECTS, em função do número de horas de trabalho a distribuir, equivalerá a um valor entre 25 e 30 horas de trabalho. Os créditos serão atribuídos com base na noção de “carga de trabalho”, que será o mesmo do nível institucional ao europeu, de forma a facilitar a cooperação entre instituições e a mobilidade de estudantes e trabalhadores.

Estes pressupostos implica uma distinção entre as diversas actividades académicas (número de horas de contacto por cada UC, de leitura e estudo do material, de preparação dos exames orais e escritos, trabalhos, dissertações e trabalho independente) de forma a estipular convenientemente a carga de trabalho de cada unidade curricular no valor final em ECTS. Implica, também, que cada instituição deverá reflectir sobre o número concreto de semanas lectivas e de avaliação e a quantas horas equivale um ECTS. Dado que os ECTS atribuídos a cada unidade curricular são relativos (reflectem a carga de trabalho de cada unidade curricular na relação com a quantidade total de trabalho requerida para completar um ano de estudos numa instituição) é de extrema importância alocar correctamente os tempos a cada item que compõe o número de horas total de determinada UC.

Neste sentido, o crédito ECTS é “uma unidade que reflecte um certo montante de trabalho, feito com sucesso num certo nível de qualificação reconhecida”, expressa em horas estimadas de trabalho do estudante (art. 5, alínea a) sendo a expressão dos resultados da aprendizagem, atribuídos a resultados positivos, representando o número médio de horas que um estudante demorará a atingir os resultados propostos. Para calcular convenientemente os ECTS é necessário estabelecer quais as competências e o resultado esperado da aprendizagem e quanto tempo é necessário para os alcançar. Este cálculo nasce do compromisso entre o nível de conhecimentos e aptidões desejadas, os resultados esperados da aprendi-

²⁵ Disponível em: <http://www.unideusto.org/tuningeu/subject-areas/sport-science.html>

zagem e o tempo disponível para cada unidade curricular, considerando o seu enquadramento num determinado ano lectivo. Desta forma, será imposto um limite realista para cada UC e ano académico, conseguindo-se também maior transparência e coerência ao tornar os programas cumulativos.

Após ter apurado as competências básicas e específicas necessárias ao exercício de determinada função, a Europeia codificou-as em UCs, em horas de contacto e trabalho necessário para o cumprimento dos objectivos estabelecidos. Consideraram-se como critérios a realização de avaliação contínua (visto que implica um trabalho permanente em sala de aula e em preparação dos trabalhos práticos) e a distribuição por tipos de trabalho exigidos em cada UCs, visto que o acompanhamento e estudo para uma UC teórica é diferente de uma UC de cariz prático. Foram, por isso, dados pesos aos diversos itens e estabelecida uma equação que permite valorizar coerentemente cada elemento.

O passo seguinte foi a definição dos ECTS a atribuir a cada UC, considerando o seguinte quadro: 1500 horas de trabalho anual, em 36 semanas de trabalho efectivo, distribuídas por 14 semanas de aulas em cada semestre e 7 semanas efectivas de avaliação, o que dará, em média, 42 horas de trabalho por semana. Referimos também que em resultado da distribuição das 1500 horas de trabalho anuais por 60 ECTS, 1 crédito ECTS corresponderá a 25 horas de trabalho efectivo. As cargas de trabalho propostas foram então estudadas e adaptadas de forma a cumprirem os requisitos referidos, assumindo a metodologia proposta para a atribuição de ECTS um papel de confronto entre as cargas horárias e os objectivos de cada UC, permitindo um entrosamento mais eficiente entre os objectivos propostos para cada curso e os tempos necessários para os atingir. Solicitou-se, por último, a ratificação do Conselho Científico e Pedagógico do projecto de organização científica e pedagógica deste CE e do sistema de créditos ECTS, sendo aprovado, conforme se atestou no projecto inicial.

9. Relativos às vagas e estágios

Neste ponto, a CAE sugere que “o contingente inicial de vagas no ramo de Exercício e Saúde não corresponde ao processo de estágio. O "Treino Desportivo" possui uma volumetria mais ajustada. Contudo, os protocolos não cobrem todas as modalidades observáveis no plano de estudos (opção limitadora e tradicional). As normas orientadoras são ainda carenciadas de aspectos que actualmente são centrais como por exemplo a formação dada pela instituição aos colaboradores cooperantes ou número de momentos de contacto. A concentração de um tão elevado número de supervisões num tão reduzido número de orientadores da instituição pode conflitar com a inovação reclamada no "mission statement". (Ponto 11.4. do RPCAE).

A este respeito, a Universidade Europeia relembra que tem uma larga experiência na organização de estágios, uma vez que todos os seus cursos em funcionamento admitem a realização de estágios curriculares e extra-curriculares. Neste sentido, informamos que todos os anos ocorrem mais de 400 estágios em todas as licenciaturas leccionadas nesta instituição, estando a ser dados passos vigorosos para aumentar este número e estender a possibilidade de os fazer no estrangeiro.

É, também, necessário relembrar que os estágios previstos no plano de estudos acontecerão, na melhor das hipóteses, apenas em 2017: a dificuldade em estabelecer protocolos de cooperação com entidades desportivas – normalmente associações cujas direcções têm mandatos limitados no tempo, pelo que têm reticências quanto a assumir compromissos de longo prazo – é elevada. No entanto, o facto de os estágios terem lugar apenas em 2017 também deixa espaço para uma melhoria substancial dos protocolos de estágio: para uma entidade com uma missão tão centrada na empregabilidade dos seus diplomados, iremos desenvolver e apresentar as melhores alternativas de estágio durante o período de aprendizagem.

A instituição reconhece, também, fundamento a algumas das críticas elaboradas pela CAE, pelo que se propõe:

- a) A reduzir o número de vagas para 60 (20 por cada uma das 3 áreas de especialização;
- b) Aumentar o número e a qualidade dos protocolos de estágio;
- c) Aumentar, com a contratação prevista de novos docentes, o número de supervisores de estágio em Desporto;
- d) Tomar as regras de realização de estágio mais próximas daquelas que já se praticam em outras licenciaturas da Europeia.

Conclusão

Ao longo do presente documento, a Universidade Europeia apresentou um conjunto de acções que irá entabular, visando conformar o projecto educativo em apreciação às sugestões da CAE. Destas medidas, destacamos:

- a) Rectificação da estrutura curricular e do plano de estudos da licenciatura em Ciências do Desporto e da Actividade Física;

- b) Contratação de 6 novos docentes especialistas na área fundamental do CE, no espaço de 5 anos;
- c) Redução do número de vagas para 60 (20 por cada uma das 3 área de especialização);
- d) Aumento do número e da qualidade dos protocolos de estágio;
- e) Tomar as regras de realização de estágio mais próximas daquelas que já se praticam em outras licenciaturas.
- f) Definição e implementação de uma política de investigação na área das Ciências do Desporto.

No entanto e uma vez que, conforme se demonstrou, este é um curso de elevada qualidade científica, munido de um corpo docente com as qualificações exigidas pelo disposto na legislação em vigor e dos recursos humanos e materiais necessários ao seu bom funcionamento e cujo plano de estudos e estrutura curricular cumprem o preceituado no enquadramento legal na área do Ensino Superior, entende a ENSILIS, Educação e Formação, S.A. solicitar a reapreciação do projecto educativo que se submeteu a apreciação pela A3ES e revisão do Relatório Preliminar elaborado pela CAE, solicitando que seja dada a acreditação ao ciclo de estudos em Ciências do Desporto e da Actividade Física.

Anexo 1 – CV do Prof. Doutor Luis Calmeiro

Formação académica relevante				
Ano	Grau	Área Científica	Instituição	Classificação
2006	Doutoramento	Educational Psychology	Florida State University	-
1999	Mestrado	Psicologia do Desporto	Faculdade de Motricidade Humana	-
1993	Licenciatura	Educação Física e Desporto	Faculdade de Motricidade Humana	-

Actividades de desenvolvimento de Alto Nível
Fellow of the Higher Education Academy (2011)
Association for Applied Sport Psychology (AASP) 2007 Dissertation Award
Best poster presentation at the V Portuguese-Spanish Conference on Sport and Exercise Psychology, ISPA, Lisbon (2006)
A Snapshot of the health of Young people in Europe. A report prepared for the European Commission conference on Youth Health, Brussels, Belgium, 9-10 July 2009, WHO Regional Office for Europe.
Reviewer: Perceptual and Motor Skills, Journal of Sport Sciences, Journal of Applied Sport Psychology, Journal of Sport & Exercise Psychology, International Journal of Sport and Exercise Psychology.

Experiência profissional relevante
LECTURER in Exercise Psychology and Health Psychology: UNIVERSITY OF DURHAM (2011-Present)
LECTURER in Sport and Exercise Psychology: UNIVERSITY OF ABERTAY DUNDEE (2007-2011)
LECTURER of Exercise Psychology in the 8th Master Degree Program in Sport Psychology: FHM (2003-2013)
CO-INSTRUCTOR of Mental Training for Peak Performance PE204, University of Idaho, Spring 2002
Projecto Aventura Social: NATIONAL ADVISORY BOARD: Health and social behaviour promotion - FHM (2005-present)
PORTUGUESE REPRESENTATIVE in the Physical Activity focus group of the WHO's: Health Behavior in School-aged Children (HBSC) (1999-2001/2005-present)

Experiência desportiva relevante
Handball athlete 1981-1996; Handball professional athlete 1988-1993
Youth Portuguese National Team 1996-1988
AAL's "Athlete of the Year Award" in 1988
Finalist of the 1988/1989 Junior Championship
Played twice the Portuguese Cup finals (1992 & 1994)
Certified national coach by the Portuguese Handball Federation

Revistas Internacionais Indexadas
(2012). Factorial validity and group invariance of the portuguese short version of the social physique anxiety scale in adolescents. Journal of Child and Adolescent Psychology, 3, 199 -213. ISI&SCOPUS
(2011). Accuracy of self-reported measures of height and weight in children and adolescents. Journal of Child and Adolescent Psychology, 4, 41-51. ISI&SCOPUS
(2010). Event-sequence analysis of appraisals and coping during trapshooting performance. Journal of Applied Sport Psychology, 22, 392-407. ISI&SCOPUS
(2009). Interrelationships of adolescent physical activity, screen-based sedentary behaviour, and social and psychological health. Int J Public Health, 54 S2,191-198. ISI&SCOPUS
(2009). A Conceptual Framework for Integrating the Emotion-Perception-Cognition linkage in situations of varied perceived pressure. Progress in Brain Research, 174, 159-178. SCOPUS

(2009). Les effets de la activite físiqúe en la ansiedad et depression. La Presse Medícale, 38(5), 734-739. ISI
(2008). Alcohol use and abuse in adolescence: Proposal of an alternative analysis. Child: Care, Health and Development, 34(3), 291-301. ISI&SCOPUS
(2007). Fluctuation of Cognitive-emotional States during Performance: An Idiographic Account. Revista de Psicología del Deporte, 16(1), 85-100 ISI&SCOPUS
(1998). Efectos del Programa de Gestión Personal en la Promoción de la Actividad Física en Adolescentes. Revista de Psicología del Deporte, 8(1), 87-101. ISI&SCOPUS
(1998). "Promotion of Adolescents' Intentions and Behaviours Towards Physical Activity". Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports, 8(5), Part II, p.138. ISI
(2011). Concurrent Verbal Protocol Analysis in Sport: Illustration of Thought Processes during a Golf-Putting task. Clinical Journal of Sport Psychology, 5, 223-236.
(2007). Health related behaviours: grouped risks across adolescence. Brazilian Journal of Cognitive Therapies, 3(1), 12-27 .
(2005). Intenções para a prática de actividades físicas. Cuadernos de Psicología del Deporte, 5(1 & 2), 257-271.
(2000). A Promoção da actividade física na escola: implementação e avaliação do programa de gestão pessoal. (Educação e Comunicação, 3.
(2000). A Coesão como elemento central na dinâmica de grupos. Educação e Comunicação, 4, 48-73.

Livros e Capítulos
(2011). Competências de vida e estilos de vida activos. M.Matos (Ed.), Competências sociais, gestão de conflitos e comunicação na escola. 2a. Edicao. Lisboa: FMH.
(2005). Competências de vida e estilos de vida activos. M.Matos (Ed.), Competências sociais, gestão de conflitos e comunicação na escola. Lisboa: FMH.
(2004), Psicologia do Exercício e da Saúde. Lisboa: Visão & Contextos.

Conferências Internacionais
(2013). Burnout and Dropout in rowers: A self-determination approach. Poster presentation at the 13th World Congress of the International Society of Sport Psychology, 21-25 June, Beijing, China.
(2013). Social physique anxiety among adolescents. I Wolfson research Institute for Health and Wellbeing Research Colloquium, 17-18 April, Stockton-on-Tees.
(2009). An idiographic approach to the fluctuation of appraisals and coping during a trapshooting competition. Poster presentation at the 12th World Congress of the International Society of Sport Psychology, 17-21 June, Marrakech, Morocco.
(2009). Validation of the short version of the Portuguese Social Physique Anxiety Scale for adolescents. Poster presentation at the 12th World Congress of the International Society of Sport Psychology, 17-21 June, Marrakech, Morocco.
(2009). Is it valid yet? The Social Physique Anxiety Scale for Portuguese adolescents. Paper presented at the Health Promotion Research Center Conference, 10-11 June, National University of Ireland, Galway
(2007). "The Dynamic Nature of the Emotion-cognition link in trapshooting performance." Dissertation Award Lecture at the XXII Annual Congress of the Association of Applied Psychology (AASP), 24-27 Louisville, KY, USA.
(2007). "Emotional and cognitive processes during trapshooting performance." Oral presentation at the 12th European Congress of Sport Psychology, 4-9 September, Halkidiki, Greece.
(2007). "Sequences of cognitive processes in golf-putting: comparative analysis across skill level". Oral presentation at the Xth European Congress in Psychology, 3-6 July, Prague, Czech Republic.
(2006). "Fluctuation of cognitive-affective states during sport performance: An idiographic account". Poster presentation at the V Portuguese-Spanish Conference on Sport and Exercise Psychology 28-31 September, Higher Institute of Applied Psychology - ISPA, Lisbon

(2005). "Thought processes during golf putting: A concurrent verbal protocol approach". Paper presented at the 9th European Congress in Psychology, 3-8 July, Granada, Spain.
(2004). "The RSBH Value-judgment Inventory: Preliminary Analysis of the Portuguese Version". Poster presented at the XIX Annual Congress of the Association for the Advancement of Applied Sport Psychology (AAASP), 29 September- 3 October, Minneapolis, MN – USA.
(2004). "Do psychological variables discriminate among high- and low-performance in young elite divers?" Paper presented at the Northwest Student Sport and Exercise Psychology Symposium. University of Idaho, 30 April - May 1, Moscow, ID, USA.
(2003). "Examining Relationships between Elite Female Soccer Players Self Talk Patterns and Key Competitive Cognitions". Paper presented at the XVIII Annual Congress of the Association for the Advancement of Applied Sport Psychology, 30 October – 3 November, Philadelphia, PA, USA.
(2003). "Self Talk Effectiveness: Examining the Thought Patterns of Adolescent Elite Female Soccer Players". Poster presented at the XVIII Annual Congress of the Association for the Advancement of Applied Sport Psychology, 30 October – 3 November, Philadelphia, PA
"Brown Bag Seminars: Gaining Entry by Educating Coaches". Paper presented at the XVIII Annual Congress of the Association for the Advancement of Applied Sport Psychology, 30 October – 3 November, Philadelphia, USA.
(2002). "Discriminating High Versus Low-sensation Seeking Among Junior Divers". Poster presented at the XVII Annual Congress of the Association for the Advancement of Applied Sport Psychology, 30 October - 3 November, Tucson, AZ, USA.
(2002). "Examining the Relationships Between Perfectionism and Motivational Orientation and Sport Confidence". Paper presented at the XVII Annual Congress of the Association for the Advancement of Applied Sport Psychology, 30 October - 3 November, Tucson, AZ, USA.
(2002). "Examining the Dynamics of the Components of the Theory of Planned Behavior Across Stages of Change". Paper presented at the Northwest Student Sport and Exercise Psychology Symposium. Eastern Washington University, 26-27 April, Cheney, WA, USA.
(2001). "Predicting Intention to Participate in Physical Activity: the Utility of the Theory of Planned Behaviour." Poster presented at the 10th World Congress of Sport Psychology, May 28-June 2, Skiathos, Greece.
(2000). "Teoria do Comportamento Planeado. As medidas Indirectas na Predição das Intenções Comportamentais". Poster presented at the II Portuguese- Spanish Congress of Sport and Exercise Psychology, 24-26 November, Évora, Portugal.
(1999). "Efeitos de uma intervenção escolar na promoção da actividade física." Poster presented at the I Rio Maior International Congress of Sport Psychology, 2-3 October, Rio Maior, Portugal.
(1999). "Effects of Spark Self-Management program on the Promotion of Adolescents' Physical Activity". Poster presented at the IV Annual Congress of the European College of Sport Science, 14-17 July, Rome, Italy
(1998). "A Promoção da Actividade Física em Adolescentes." Paper presented at the 1st Spanish-Portuguese Congress of Sport and Exercise Psychology, 19-21 November, Merida, Spain.
(1998). "Promotion of Adolescents' Intentions and Behaviours Towards Physical Activity". Paper presented at the IV Scandinavian Congress on Medicine and Sciences in Sport, 5-8 November Lahti, Finland.

Anexo 2 – Estrutura Curricular

Ramo de Educação Física

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Desporto	D	111	12
Desenvolvimento Pessoal	DP	21	0
Biologia e Bioquímica	BB	9	0
Estatística	E	6	0
Línguas Estrangeiras	LE	6	0
Psicologia	P	6	0
Ciências da Educação	CE	3	0
Gestão e Administração	GA	3	0
Informática	Inf	3	0
TOTAL		168	12

Ramo de Treino Desportivo

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Desporto	D	102	24
Desenvolvimento Pessoal	DP	21	0
Biologia e Bioquímica	BB	9	0
Estatística	E	6	0
Línguas Estrangeiras	LE	6	0
Psicologia	P	6	0
Gestão e Administração	GA	3	0
Informática	Inf	3	0
TOTAL		156	24

Ramo de Exercício e Saúde

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Desporto	D	108	18
Desenvolvimento Pessoal	DP	21	0
Biologia e Bioquímica	BB	9	0
Estatística	E	6	0
Línguas Estrangeiras	LE	6	0
Psicologia	P	6	0
Gestão e Administração	GA	3	0
Informática	Inf	3	0
TOTAL		162	18

Anexo 3 – Projectos de Investigação desenvolvidos por docentes do CE

N.º Projecto	Áreas	Tópicos	Instituições	Gestor	Docentes Europeia
PTDC/DES/119678/2010	Ciências do Desporto	Development of video-based motion analysis in team sports: measuring performance and intervention effectiveness	FMH-UTL	Duarte Araújo	Pedro Esteves
PTDC/DES/121575/2010	Ciências do Desporto	Physical exercise role on Human` lymphocyte DNA damage reduction: possible influence of oxidative stress and DNA repair capacity	UTAD	Maria Paula Mota	Ana de Fátima Pereira + Romeu Mendes
PTDC/DES/119165/2010	Ciências do Desporto	A observação de filmes de acção motora: As consequências cognitivas, de proficiência motora e de prontidão para o exercício físico	FMH-UTL	Ana Maria Abreu	Ana Maria Abreu
PTDC/DES/113591/2009	Ciências do Desporto	Treatment of Pediatric Obesity (TOP): A multidisciplinary approach involving parents and peers	U. Lusófona	Maria Helena Fonseca	António Quaresma
PTDC/DES/114867/2009	Ciências do Desporto	Physical Activity and the Self-Regulation of Eating Behavior and Body Weight	FMH-UTL	Pedro Teixeira	Eliana Carraça
PTDC/DES/105176/2008	Ciências do Desporto	Neuromuscular activity in the golf swing with implications for the practice and in the prevention of overuse injuries	FMH-UTL	Jan Cabri	Orlando Fernandes + João Vaz
POCI/DES/59049/2004	Ciências do Desporto	Influence of exercise on cardiovascular risk and function and physical fitness on postmenopausal women	UTAD	Maria Helena Moreira	Ana de Fátima Pereira + Romeu Mendes
PTDC/DTP-DES/1492/2012	Saúde Pública	Watching motor action movies: Consequences on cognition, motor proficiency, and proneness for exercise.	FMH-UTL	Ana Maria Abreu	Ana Maria Abreu
POCTI/EME/39976/2001	Engenharia Mecânica + Biomecânica	Dynamic analysis methodologies for application to the study of the human musculo-skeletal behavior	IDMEC + FMH-UTL	Jorge Ambrósio	Orlando Fernandes
PTDC/PSI-PCO/098568/2008	Psicologia	In the eye of the beholder: visuoprocessing style in Autism Spectrum Disorders - Adding another piece to the social cognition puzzle	UCP	Ana Maria Abreu	Ana Maria Abreu
PTDC/AGR-PRO/2335/2012	Ciências Agrárias e Florestais	STATinGEN - Estratégias para analisar e detectar respostas inconsistentes de genótipos a factores ambientais	Universidade Europeia	Paulo Canas Rodrigues	Paulo Canas Rodrigues
PTDC/MAT-STA/0568/2012	Matemática	Métodos robustos em estatística genética	FCT-UNL	Vanda Milheiro Lourenço	Paulo Canas Rodrigues
PTDC/MAT/69850/2006	Matemática	Modelos Lineares Mistos	FCT-UNL	João Mexia	Paulo Canas Rodrigues